



CAPITALISMO DEPENDENTE, CLASSES SOCIAIS E REVOLUÇÃO NA AMÉRICA LATINA NA INTERPRETAÇÃO DE FLORESTAN FERNANDES

CAPITALISMO DEPENDIENTE, CLASES SOCIALES Y REVOLUCIÓN EN AMÉRICA LATINA EN LA INTERPRETACIÓN DE FLORESTAN FERNANDES

María Fernanda Escurra¹

RESUMO: O objetivo deste artigo é recuperar as principais formulações de Florestan Fernandes presentes nos ensaios publicados em "Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina", há mais de 50 anos. A ênfase de tais formulações é colocada no que constitui o dilema do capitalismo dependente e tem como eixo de análise o desvendamento da subordinação estrutural de América Latina ao imperialismo, a compreensão do sistema de colonização, a expansão do capitalismo em condições de heteronomia permanente, os elementos que causam a impossibilidade da modernização burguesa, o papel das classes sociais, a manutenção das estruturas características do antigo sistema colonial e do neocolonialismo, além de abordar o desafio da sociologia crítica. Entende-se que aspectos expostos nesses ensaios permitem problematizar, com renovada atualidade, dilemas de nossos países latino-americanos. Diante disso, conclui-se que tais formulações contribuem com a teoria do desenvolvimento capitalista, o entendimento da nova forma de imperialismo, a hegemonia norte-americana e a compreensão de possíveis caminhos para o seu enfrentamento. Ademais fica patente que o aprofundamento da dependência é promovido através da consolidação da hegemonia burguesa conglomerada que exclui interesses de amplas parcelas da população. Tal hegemonia utiliza a estrutura do Estado, a força e a instauração de instrumentos antidemocráticos, populistas e demagógicos que perpetuam e acentuam a concentração dos mecanismos de poder e as disparidades econômicas, sociais, políticas e culturais. Nesta perspectiva, só a "revolução contra a ordem" constitui uma ruptura real que possibilita a criação de um verdadeiro salto histórico dos países latino-americanos.

Palavras-chave: Florestan Fernandes. Capitalismo dependente. Classes sociais. América Latina. Revolução.

¹ Assistente Social. Licenciada en Trabajo Social pela Universidad Nacional de Rosario (Argentina). Mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutorado em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professora Associada da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Integrante do Centro de Estudos Octavio Ianni e Coordenadora de Projetos de ensino-pesquisa-extensão sobre teoria crítica, pobreza e trabalho. ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-2321-8339> E-mail: mfescurra@gmail.com.br

RESUMEN: El objetivo de este artículo es recuperar las principales formulaciones de Florestan Fernandes presentes en los ensayos publicados en "Capitalismo dependiente y clases sociales en América Latina", hace más de 50 años. El énfasis de tales formulaciones está puesto en lo que constituye el dilema del capitalismo dependiente y tiene como eje de análisis el develamiento de la subordinación estructural de América Latina al imperialismo, la comprensión del sistema de colonización, la expansión del capitalismo en condiciones de heteronomía permanente, los elementos que provocan la imposibilidad de la modernización burguesa, el papel de las clases sociales, el mantenimiento de las estructuras características del viejo sistema colonial y el neocolonialismo, además de abordar el desafío de la sociología crítica. Se entiende que los aspectos expuestos en estos ensayos permiten problematizar, con renovada actualidad, dilemas de nuestros países latinoamericanos. Ante esto, se concluye que tales formulaciones contribuyen con la teoría del desarrollo capitalista, la comprensión de la nueva forma de imperialismo, la hegemonía norteamericana y el entendimiento de posibles formas de enfrentarla. Además, queda claro que la profundización de la dependencia se promueve mediante la consolidación de una hegemonía burguesa conglomerada que excluye los intereses de grandes sectores de la población. Tal hegemonía utiliza la estructura del Estado, la fuerza y el establecimiento de instrumentos antidemocráticos, populistas y demagógicos que perpetúan y acentúan la concentración de mecanismos de poder y las disparidades económicas, sociales, políticas y culturales. Desde esta perspectiva, sólo la "revolución contra el orden" constituye una ruptura real que permita crear un verdadero salto histórico para los países latinoamericanos.

Palabras clave: Florestan Fernandes. Capitalismo dependiente. Clases sociales. América Latina. Revolución.

INTRODUÇÃO

Florestan Fernandes é reconhecido como o fundador da sociologia crítica que inaugura a chamada "escola paulista de sociologia", integrada por sociólogos como Octavio Ianni, José de Souza Martins, Fernando Henrique Cardoso, Maria Sylvia de Carvalho Franco, entre outros. Trata-se de um intelectual multifacetado que se destacou pela atuação inovadora e as propostas avançadas na compreensão das formas de atuação pública dos cientistas sociais, assim como pela natureza interdisciplinar da sua obra e de seu método.

A capacidade de problematização crítica construída por Fernandes para pensar o Brasil, a América Latina, o desenvolvimento capitalista, o subdesenvolvimento em termos de capitalismo dependente, bem como as classes sociais, o Estado e a revolução representa uma de suas maiores contribuições para o debate da América Latina e das ciências sociais. Entretanto, apesar da existência de um significativo conjunto de livros, artigos e ensaios em que trata esses temas, habitualmente é reconhecido por suas obras sobre a cultura, o

folclore, a questão racial, a educação, mas não como uma referência no pensamento histórico econômico (Castelo, s/d).

Segundo Castelo (s/d), Fernandes polemiza a partir de seus estudos sociológicos com o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e o Partido Comunista Brasileiro (PCB), entrando, desse modo, nas discussões da chamada "controvérsia da revolução brasileira" e com os principais expoentes do "debate desenvolvimentista".

Florestan não aceita o conhecimento oferecido pelas ideologias dominantes, nem cai no dogmatismo das teorias acabadas, em oposição a isso, é sob a orientação da sua sólida formação teórica que se debruça sobre as análises disponíveis sempre no rumo da transformação social. Nesta perspectiva, nega as explicações correntes, como a do subdesenvolvimento enquanto atraso e as que recorrem a processos sociais como se eles fossem em si explicativos e nega, também, as propostas que explicam a superação do subdesenvolvimento através da aceleração do crescimento (Limoneiro-Cardoso, s/d).

Os anos compreendidos entre 1950 e 1970 integram um período de efervescência em relação aos debates teóricos sobre o desenvolvimento latino-americano, com os trabalhos produzidos no âmbito da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e, a partir da década de 1960, com as produções críticas formuladas pela Teoria Marxista da Dependência. A inserção de Florestan no debate da temática do desenvolvimento e subdesenvolvimento aparece na sua obra de forma mais contundente no final dos anos 1950 e ao longo de 1960 e é marcada, desde o início, por posições críticas ao desenvolvimentismo (Castelo, s/d).

Fernandes construiu seu objeto científico através da formulação do conceito de capitalismo dependente, enquanto forma periférica do capitalismo monopolista. Além disso, o conceito estrutural e histórico de capitalismo dependente deixa mais precisa a noção de heteronomia ou dependência. Entretanto, é importante registrar que "Florestan não formula uma 'teoria da dependência', sua formulação de capitalismo dependente constitui uma contribuição teórica à teoria do desenvolvimento capitalista" (Limoneiro-Cardoso, s/d, p. 2).

Outro aspecto interessante salientado por Cardoso é o fato de que Fernandes, na medida em que trabalha no interior da teoria do desenvolvimento capitalista, foca sua observação para o sistema de classes que dinamiza esse desenvolvimento. Desse modo,

para ele, a “história é obra dos homens”, o Estado-Nação, apesar de constituir uma instância importante na análise, não aparece como agente histórico, dado que não interpreta a dependência propriamente entre nações. Consequentemente, nas sociedades capitalistas, compreendidas enquanto sociedades de classes, a explicação da história se fundamenta na luta e nas relações de cooperação que se estabelecem entre as classes sociais. Nesta perspectiva, as classes, sejam autônomas ou hegemônicas, desempenham um papel central na formulação teórica de Florestan.

No livro *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*, que teve sua primeira edição em 1973,²o ponto central de Fernandes reside na análise de como nossas burguesias de origem senhorial e colonial, associadas, dependentes e subordinadas às burguesias hegemônicas, manifestavam certa incompletude de classe, entendida pela incapacidade de desenvolver uma alternativa autônoma, democrática, que fosse capaz de executar um projeto nacional autossustentado, não dependente e subordinado (Antunes, 2009).

Esse livro agrupa três ensaios, escritos entre fins de 1969 e meados de 1971, que fazem ênfase no que representa o dilema do capitalismo dependente e tem como eixos de análise o desvendamento da subordinação estrutural de América Latina ao imperialismo, os elementos que causam a impossibilidade da modernização burguesa, o papel das classes sociais diante as alternativas, além de abordar o desafio da sociologia crítica.

As formulações escritas nesses ensaios, há mais de cinquenta anos, expõem aspectos que permitem problematizar, com renovada atualidade, dilemas de nossos países latino-americanos. Nessa perspectiva, o objetivo deste texto é apresentar uma síntese de tais formulações organizadas em três itens que seguem a lógica da própria exposição dos ensaios, antecedida de um primeiro item que faz referência às fontes de inspiração de Fernandes na fundação da sociologia crítica.

FLORESTAN FERNANDES: FONTES DE INSPIRAÇÃO NA FUNDAÇÃO DA SOCIOLOGIA CRÍTICA

Florestan Fernandes, importante pensador latino-americano, é reconhecido por ser fundador da denominada “sociologia crítica”, caracterizada como um estilo de pensar a

² Neste artigo é utilizada a 4ª edição revisada, publicada pela editora Global, em 2009.

realidade social "a partir da raiz", inaugurando uma matriz de argumentação e uma nova época na história e na forma de interpretação da sociologia brasileira, que permite identificar novos horizontes para a reflexão teórica, assim como uma forma diferente de pensar o presente, o passado e o futuro.

Heloísa Fernandes (2014) observa que parece que a sociologia e Florestan estavam condicionados mutuamente, são como "duas faces da mesma moeda": ele trabalhou de forma exaustiva para o desenvolvimento da sociologia e ela deu reconhecimento e projeção à existência dele. A autora ressalta "que seus alunos cansaram de ouvi-lo dizer que só se torna sociólogo quem deseja algo socialmente, isto é, quem tenha um desejo coletivo" (Ibid., p. 33). Ela acrescenta, ainda, que sua produção sociológica foi marcada pelas situações de exclusão, preconceito e violência que vivenciou na sua infância. Neste sentido, foi na infância que Florestan praticamente não teve que começou a tecer sua experiência de mundo, assim como o reconhecimento por parte dele de que seu passado, as duras lições de vida e a socialização pré e extraescolar que recebeu foram fundamentais para o sociólogo em que se converteu.³

Lima (2014) afirma que poderia sintetizar a biografia de Florestan Fernandes dizendo que sua trajetória foi "um ponto fora da curva", por dois motivos: pela sua "origem social" e pela sua "inserção nos quadros docentes da USP", até então com presença quase exclusiva dos extratos oriundos dos setores econômicos mais altos da sociedade brasileira.

Ianni (1996) relaciona cinco fontes principais de inspiração que tomadas em conjunto sintetizam as matrizes da sociologia crítica fundada por Florestan Fernandes. A primeira é o diálogo contínuo, aberto e crítico que estabelece com a sociologia clássica e moderna, através de representantes de destaque das escolas francesa, alemã, inglesa e norte-americana.

A segunda é o permanente e crescente diálogo que Florestan estabelece com Marx e Engels e o pensamento marxista (Lenin, Trotsky e Gramsci). Esse diálogo evidencia-se desde a tradução da *Contribuição à crítica da economia política*, de Marx, publicada em 1946, e a "Introdução" escrita para esse livro, e continua de forma cada vez mais abrangente em textos, cursos, conferências, debates. Segundo Ianni, o aprofundamento da perspectiva crítica e histórica e a sucessiva inclusão do pensamento dialético mostram-se tanto na

³ Para a leitura de uma breve e interessante biografia e apresentação da obra de Florestan Fernandes ver: Heloisa Fernandes (2014).

escolha dos temas como no tratamento dado a eles, produzindo desafios para o pensamento brasileiro. Neste sentido, ele destaca que outro aspecto importante é que perante as análises desenvolvidas por Fernandes, em relação à forma da revolução burguesa e à continuidade da contrarrevolução burguesa, os movimentos sociais e os partidos políticos comprometidos com as classes populares são levados a realizar questionamentos básicos.

A terceira fonte é o diálogo implícito ou explícito que ele estabelece em diferentes momentos com a corrente mais crítica de cientistas sociais e escritores do pensamento brasileiro, inclusive do século XIX, que consideram as lutas dos mais heterogêneos setores populares do passado e do presente da sociedade brasileira.

A quarta fonte de inspiração está relacionada ao significado dos abundantes desafios em desenvolvimento a partir de 1940, como resultado das numerosas transformações na sociedade e suas particularidades em termos de urbanização, industrialização, migrações internas, emergência de movimentos sociais e partidos políticos, governos e regimes, irrupções do povo, soluções formuladas e impostas, entre outros.

Finalmente, segundo a análise de Ianni, a quinta fonte da sociologia crítica de Fernandes, em contraposição ao pensamento produzido nas perspectivas de grupos e classes dominantes, é a presença dos grupos e classes sociais que fazem parte da maioria do povo: o negro, a pessoa escravizada e livre; o trabalhador braçal, na lavoura e na indústria; o índio; o imigrante; o colono; o peão; entre tantos outros.⁴ Além disso, é importante registrar que Ianni ressalta que a presença do negro na história social brasileira desvenda perspectivas fundamentais para o ponto de vista crítico na sociologia, nas ciências sociais e em outros círculos de pensamento brasileiro. Segundo ele, a estas inspirações de Florestan podem se acrescentar outras, como a militância política, a reflexão sobre a responsabilidade ética e política do sociólogo e o relacionamento com o pensamento latino-americano⁵.

⁴ Nessa perspectiva, o principal objeto de Florestan Fernandes é definido por Limoneiro-Cardoso (1994, p. 15) da seguinte maneira: "envolve os mecanismos de subalternização, as formas próprias de organização e de resistência dos subalternizados, as possibilidades históricas da transformação dessa dominação, as condições políticas de intervir/accelerar essa transformação".

⁵ Limoneiro-Cardoso (1994), com o objetivo de demarcar a produção sociológica desenvolvida por Florestan Fernandes, faz referência a cinco planos principais. Um primeiro plano aglutina as preocupações de caráter ético-político, tendo como temas centrais a ciência e o intelectual, em particular a sociologia e os sociólogos. Um segundo plano diz respeito à coerência que caracteriza o conjunto dos estudos e pesquisas que integram sua obra, na medida em que seus objetos de pesquisa assumem o ponto de vista dos dominados e a atuação voltada para a transformação social. Um terceiro plano envolve, por um lado, questões referentes à produção

AMÉRICA LATINA E DEPENDÊNCIA: PADRÕES DE DOMINAÇÃO EXTERNA

No primeiro ensaio do livro, sob o título *Padrões de Dominação Externa na América Latina*, Florestan (2009) explica que compreende as nações de América Latina como produto da expansão da civilização ocidental que teve seu início com a conquista espanhola e portuguesa. Para ele a persistência do colonialismo está relacionada à incapacidade dos países latino-americanos de superar a inserção dependente no âmbito econômico, cultural e político dos países capitalistas hegemônicos. Trata-se de um tipo moderno de colonialismo organizado e sistemático que adquiriu uma forma mais complexa após a emancipação daqueles países.

A institucionalização política do poder era realizada com a exclusão contínua do povo tornando, desse modo, impossível a integração nacional, dada a conexão estrutural estabelecida pelas camadas privilegiadas que concentravam riqueza, prestígio, poder e propiciavam “manipulação do exterior” e o trato de seus “interesses particularistas” como os “interesses supremos da nação”. Sobre este aspecto, em outra obra, Fernandes explicita:

o desenvolvimento capitalista sempre foi percebido e dinamizado socialmente, pelos estamentos ou pelas classes dominantes, segundo comportamentos coletivos tão egoísticos e particularistas, que ele se tornou compatível com (quando não o exigiu) a continuidade da dominação imperialista externa; a permanente exclusão (total ou parcial) do grosso da população não possuidora do mercado e do sistema de produção especificamente capitalistas; e dinamismos socioeconômicos débeis e oscilantes, aparentemente insuficientes para alimentar a universalização efetiva (e não apenas legal) do trabalho livre, a integração nacional do mercado interno e do sistema de produção em bases genuinamente capitalistas, e a industrialização autônoma (2005, p. 262).

O autor, na análise realizada nesse ensaio, apresenta quatro grandes fases e tipos de dominação externa que deixam transparecer a compreensão de que a nova forma de imperialismo, a hegemonia norte-americana e os possíveis caminhos para o seu

de conhecimento, sua relação com a ideologia, às possibilidades do conhecimento e aos limites, e, por outro lado, aspectos metodológicos e teóricos. Um quarto plano que demarca a produção teórica de Florestan diz respeito à educação enquanto grande preocupação do autor, a defesa da educação pública e da universidade, a compreensão do vínculo estreito entre educação e transformação social. Um quinto plano integra as reflexões e as intervenções de natureza especificamente políticas, caracterizadas pelo rigor e coerência teórica e prática, a dimensão ética e a integridade pessoal, política e intelectual.

enfrentamento devem partir de conhecer o significado do sistema da colonização latino-americana, do antigo sistema colonial e de sua desagregação.

O primeiro tipo de dominação é o antigo "sistema básico de colonização e de dominação externa" que, construído conforme requisitos econômicos, culturais e políticos do chamado "antigo sistema colonial", foi experimentado por quase todas as nações latino-americanas durante pelo menos três séculos (do século XVI ao século XIX). Esse tipo de dominação das metrópoles ibéricas frente às suas colônias latino-americanas exigia a institucionalização de uma ordem social que integrava os interesses das Coroas e dos colonizadores, sendo legitimada em termos jurídicos através de um duplo fundamento: legal e político. No contexto da divisão internacional do trabalho definida pelo centro capitalista, os países periféricos, com base em modos de produção pré-capitalistas e na grande propriedade fundiária,⁶ produziam bens primários de acordo com as necessidades de consumo e da acumulação primitiva de capital das metrópoles. A sociedade colonial era caracterizada pela ilimitada exploração em todos os tipos da existência humana e da produção, assim como pela combinação de estamentos e castas. Nesse sentido, a estratificação que resultava possuía grande flexibilidade e favorecia a absorção e o controle de massas de nativos, africanos e mestiços como estratos dependentes.

A crise do colonialismo é fundamentada através de vários fatores estruturais ou históricos, a saber: o fato de que Espanha e Portugal desempenhavam papéis econômicos intermediários porque não possuíam uma estrutura econômica suficientemente forte para garantir o financiamento das atividades comerciais; a desagregação das potências centrais e intermediárias que possuíam o controle externo do sistema colonial; o início de movimentos de emancipação como oposição aos padrões complexos de exploração; setores heterogêneos integrados por habitantes de cidades e vilas que apoiavam a emancipação das colônias; e, a luta de países europeus (Holanda, França e Inglaterra) pelo controle das colônias latino-americanas.

O segundo tipo de dominação externa tornou-se largamente indireta e surgiu como produto da segregação do antigo sistema colonial. Para Fernandes seria possível falar de "neocolonialismo", do fim do século XVIII até as primeiras três a quatro décadas do século XIX, como período em que os países latino-americanos se tornam independentes e os países

⁶ É importante registrar que Florestan Fernandes, contrário à tese que defendia a existência do feudalismo no Brasil por parte de correntes desenvolvimentistas e do PCB, defendia a tese do escravismo colonial.

dominantes concentram o controle de mercado dos processos econômicos.⁷Neste curto período, as economias coloniais receberam o primeiro grande impulso para a internalização de um mercado capitalista moderno. Entretanto, a alteração de toda a infraestrutura na economia parecia complexa e exigia grande esforço para os produtores rurais exportadores, os comerciantes urbanos suas elites no poder. Conseqüentemente, as elites preferiram escolher um papel econômico secundário e dependente, existindo, desse modo, interesses compartilhados entre os produtores locais, que aceitavam como vantajosa a perpetuação das estruturas econômicas construídas com o sistema colonial e os agentes externos. Em poucas palavras, o neocolonialismo teve um papel importante como uma fonte de exportação de riquezas para a dinamização da revolução industrial e a acumulação de capital nos países europeus, deu origem a diversos mercados nacionais e proporcionou um primeiro impulso para a internalização de um mercado capitalista moderno.

O terceiro tipo de dominação externa apareceu como resultado da reorganização da economia mundial. Após a quarta ou quinta década do século XIX a dominação tornou-se imperialista, aspecto que inaugura o capitalismo dependente como uma “realidade histórica na América Latina” e aprofunda os laços de integração desta região com o mercado mundial.

As influências externas atingiram todas as esferas da economia, da sociedade e da cultura, não apenas através de mecanismos indiretos do mercado mundial, mas também através de incorporação maciça e direta de algumas fases dos processos básicos de crescimento econômico e de desenvolvimento sociocultural. (Florestan, 2009, p. 26).

Os aspectos negativos do padrão de dominação imperialista identificados pelo autor podem ser resumidos da seguinte forma: manutenção da exportação-importação de matérias primas de bens primários e contribuição externa para a manutenção das estruturas econômicas arcaicas, negligência para a integração das economias dependentes e existência de objetivos explícitos e implícitos para a transferência de excedentes econômicos das economias latino-americanas para os países hegemônicos.

⁷ Nas palavras de Fernandes (2005, p. 117): “o neocolonialismo erigiu-se em fator de modernização econômica real, engendrando várias transformações simultâneas da ordem econômica interna e de suas articulações aos centros econômicos hegemônicos do exterior. O principal aspecto da modernização econômica prendia-se, naturalmente, ao aparelhamento do país para montar e expandir uma economia capitalista dependente, sob os quadros de um Estado nacional controlado, administrativa e politicamente, por ‘elites nativas’”.

O quarto padrão de dominação externo, que se expande mundialmente após a 2ª Guerra Mundial, surgiu com a expansão das grandes empresas corporativas que representam o capitalismo monopolista nos países latino-americanos. No centro do processo do capitalismo monopolista está a erupção do novo imperialismo através de empresas corporativas norte-americanas ou europeias. Tal processo parecia corresponder às aspirações de crescimento nacional desejado pelas burguesias latino-americanas, suas elites no poder e pelos governos. Trata-se da dominação externa compartilhada em que Estados Unidos desempenharam o papel pioneiro e dominante e outras nações europeias e o Japão como parceiros menores tomaram parte nesse processo lucrativo de "re-colonialismo". Porém, o autor esclarece que, a supremacia tecnológica, econômica e política dos Estados Unidos ameaça a posição dos outros países hegemônicos e os coloca em posição de pressão diante a necessidade de garantir mercados dependentes para viabilizar maior drenagem de riquezas. Esta forma de re-colonialismo é apoiada pelas elites econômicas, políticas e culturais latino-americanas como única alternativa para enfrentar a subversão, a corrupção e o comunismo.

Esta tendência implica um "imperialismo total", cujo traço específico é a dominação externa simétrica ao do antigo sistema colonial, mas no contexto de um mercado capitalista moderno e da organização da dominação externa a partir de dentro e em todos os âmbitos da vida social (controle da natalidade, comunicação e consumo de massa, educação, transferência de tecnologias, política nacional etc.) (Fernandes, 2005; 2009).

Esse tipo de dominação mostra que uma economia dependente não possui as condições necessárias para enfrentar o subdesenvolvimento e suas consequências, diante a existência de interesses privados ambiciosos, internos e externos, empregados para assegurar a exploração e o subdesenvolvimento. Deste modo, "o âmbito da dominação imperialista aprofunda-se e alarga-se com a passagem do imperialismo competitivo para o capitalismo monopolista. Não existem neste último fronteiras ao controle societário externo, o que permite falar em um imperialismo total". (Fernandes, 2005, p. 365).

Esta fase de imperialismo hegemônico global é caracterizada por Mészáros (2007) como a imposição exitosa da hegemonia norte-americana no mundo de pós-guerra, sendo a fase potencialmente mais mortal do imperialismo e com as mais graves implicações para o futuro da humanidade e do planeta.

É importante registrar que Florestan (2005; 2009) destaca que não todos os países latino-americanos conheceram sucessivamente a totalidade dessas formas de dominação externa.⁸ Porém, as diversas transições sempre produzem três realidades estruturais distintas: concentração de renda, prestígio e poder, nos estratos que possuem importância para o núcleo hegemônico de dominação externa; coexistência de estruturas de diferentes épocas históricas, mas interdependentes e igualmente necessárias, o que alguns autores denominam como "colonialismo interno"; e, a exclusão de uma ampla parcela da população nacional da dinâmica econômica, política, social e cultural.

Ainda em relação ao novo padrão de imperialismo e de hegemonia dos Estados Unidos, Florestan (2009) assinala algumas perguntas relevantes. Uma primeira é se os países latino-americanos podem realmente atingir a integração nacional e a autonomia econômica, sociocultural e política através do capitalismo. Outra pergunta é se o capitalismo pode enfrentar e mudar a realidade caracterizada pela existência de processos de extrema concentração interna de renda e pela drenagem permanente de recursos e riquezas para o exterior. No seu entendimento, a lógica da situação tem demonstrado que, um desafio tão complexo não pode ser modificado através do capitalismo dependente que envolve e articula estrutural e dinamicamente tais processos.

Nesse contexto, Florestan ressalta que o dilema latino-americano provém da mais profunda necessidade histórica e social de autonomia e equidade. Sob as condições econômicas, socioculturais e políticas dos países latino-americanos, um forte nacionalismo revolucionário depende da implantação e do aperfeiçoamento de um novo tipo de capitalismo de Estado, uma revolução dentro da ordem social. Outra resposta alternativa de orientação socialista só pode surgir de uma rebelião popular e radical. Esta última alternativa abre caminho para a liberação real das sociedades de América Latina e para a concretização de padrões superiores da razão humana.

⁸ Alguns países como Argentina, Uruguai, Brasil, México e Chile, entre outros, conheceram os quatro tipos de dominação externa. Outros países, como, por exemplo, Bolívia, Honduras, Nicarágua, Guatemala, Paraguai, República Dominicana só experimentaram a primeira e a segunda formas de dominação externa.

CAPITALISMO DEPENDENTE E CLASSES SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA

No segundo ensaio do livro, sob o título *Classes Sociais na América Latina*, Fernandes analisa como a dinâmica da sociedade de classes é influenciada em função da expansão interna do capitalismo dependente e das exigências dos padrões de desenvolvimento, como produto da combinação de influências das burguesias internas e externas, enquanto realidade histórica dos países latino-americanos.

Inicialmente, ele destaca as diferentes perspectivas teóricas em que o conceito classe social é empregado. De maneira mais ampla identifica a perspectiva que utiliza o conceito para designar "camada social", de maneira mais restrita é usado para designar "estratos sociais", caracterizados pela existência de uma comunidade de interesses, mas com um máximo de especificidade histórica outra perspectiva utiliza o conceito para fazer referência aos arranjos sociais que predominam no capitalismo. Concordando com esta última perspectiva, na sua concepção, as classes são intrínsecas ao capitalismo e emergem na história com a implantação desse modo de produção, tendo a sociedade de classes uma estratificação típica regulada pela situação econômica que condiciona processos de concentração da riqueza, de prestígio social e de poder, de estabilidade, mobilidade e mudanças sociais. Desse modo, nas suas palavras,

a classe social só aparece onde o capitalismo avançou suficientemente para associar, estrutural e dinamicamente, o modo de produção capitalista ao mercado como agência de classificação social e à ordem legal que ambos requerem, fundada na universalização da propriedade privada, na racionalização do direito e na formação de um Estado nacional formalmente representativo (Fernandes, 2009, p. 41).

Na América Latina, assim como em menor medida em sociedades capitalistas hegemônicas, a sociedade de classes absorveu e refuncionalizou relações e estruturas de diferentes realidades anteriores à era das classes sociais. As contradições na sociedade latino-americana ainda são maiores, posto que aqui "o capitalismo e a sociedade de classes não são produtos de uma evolução interna", visto que o capitalismo evoluiu "sem contar com condições de crescimento autossustentado e de desenvolvimento autônomo" (Ibid., p. 43). Tais condições são centrais para compreender a especificidade latino-americana em relação à dependência estrutural e à sociedade de classes que se conforma em seu território. Por esse motivo, a exigência de utilizar conceitos, categorias analíticas e interpretações para o conhecimento de uma realidade que se apresenta de outra maneira: "como formações histórico-sociais típicas" (Ibid., p. 46).

Para Fernandes, as realidades com as que se confronta o sociólogo latino-americano são complexas, difusas e instáveis. As classes sociais tomadas com base na hegemonia dos grupos dominantes e sua perpetuação no poder aparentam uma sociedade sem história. Entretanto, se as classes sociais são tomadas levando em consideração a natureza, a duração, os ritmos históricos e as fragilidades da revolução burguesa o que se evidencia são sociedades em convulsão. Nas suas palavras,

das 'transições inesperadas' (das revoluções dentro da ordem, que só se podem concretizar convertendo-se em revoluções contra a ordem), o que se patenteia é o reverso da medalha, e as sociedades latino-americanas aparecem como sociedades em convulsão que estão em busca do seu próprio patamar e tempos históricos (2009, p. 36).

Neste ensaio o autor, diante a impossibilidade de abordar todos os problemas suscitados por essas realidades, centra a discussão em três temas convergentes: a pergunta se existem classes sociais na América Latina; capitalismo dependente e classes sociais; e, classe, poder e revolução social. A tese apresentada por Fernandes é que as classes sociais latino-americanas não são diferentes, o que é diferente é a forma como o capitalismo se concretiza e se expande historicamente como força social, cujas características são as condições de dependência e o esforço limitado para criar um modelo alternativo de desenvolvimento autossustentado. Por esse motivo, no passado e no presente, como já assinalado anteriormente, enquanto os custos sociais são socializados, os privilégios são concentrados nos interesses privados internos e externos. Por conseguinte, o autor ressalta que "essa interpretação põe em relevo, de imediato, que nas situações predominantes na América Latina umas classes sociais são mais classes que as outras" (Ibid., p. 47).

Nessa perspectiva, a hipótese que ele esboça é a insistência, a funcionalidade e a exacerbação permanente da presente ordenação em classes sociais tal como está configurada, cujas fragilidades e deficiências estruturais foram institucionalizadas. É o tipo de capitalismo existente que impõe e regula a exacerbação dos fins, conflitos e interesses, mostrando para as classes privilegiadas a falta de alternativas e a necessidade de se proteger contra a inflexível situação histórica que elas mesmas criaram. Além disso, as classes privilegiadas, diante a necessidade de continuar identificando o Estado e a Nação com sua posição e seus interesses de classe para a perpetuação do *status quo*, precisam

assumir a utilização aberta e sistemática da violência, por meios políticos indiretos e através do Estado (forças armadas e superestruturas jurídicas).

Conforme Fernandes, as características históricas do processo descrito deixam em evidência que o amadurecimento do capitalismo não está favorecendo para induzir o regime de classes à diluição e absorção de etnias, estamentos, barreiras raciais que permanecem estagnados. Portanto, tais características não estão contribuindo com "a destruição de condições econômicas, sociais e políticas que impediram a América Latina de fazer autênticas revoluções nacionais através do capitalismo" (2009, p. 48). Inclusive, o autor acrescenta que o tipo de capitalismo constituído na América Latina alcança a era da industrialização em grande escala e da exportação de produtos industrializados "explorando intensamente o arcaico no moderno".⁹

A formação e o desenvolvimento de um mercado capitalista especificamente moderno e de um sistema de produção propriamente capitalista foram interferidos por formas econômicas, socioculturais e políticas variavelmente pré-capitalistas. Diante disso, o mercado e o sistema de produção articulam através de suas sucessivas transformações a manutenção de estruturas socioeconômicas herdadas do passado com a formação de estruturas socioeconômicas novas. Trata-se de uma "rearticulação do todo" que atualiza o arcaico que passa a servir de suporte ao moderno que por sua vez parece perder esse caráter, revitalizando o seu oposto ou criando formas que misturam os modos de acumulação de diferentes tempos históricos. Nas palavras do autor,

coexistência e a interinfluência de formas econômicas variavelmente 'arcaicas' e 'modernas', graças à qual o sistema econômico adaptou-se às estruturas e às funções de uma economia capitalista diferenciada, mas periférica e dependente (pois só o capitalismo dependente permite e requer tal combinação do 'moderno' com o 'arcaico', uma *descolonização mínima*, com uma *modernização máxima*). (Fernandes, 2005, p. 207, grifos do autor)

Desse modo, Fernandes (2009) afirma que, nos países latino-americanos, a inovação encrava-se em uma realidade socioeconômica que não se modificou ou que se modificou

⁹ Neste sentido, Oliveira (1988, p. 36), analisando o caso específico do desenvolvimento da economia brasileira pós-anos 30 do século XX, faz referência à combinação constante de desigualdades e afirma que: "a expansão do capitalismo no Brasil se dá introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo, um modo de compatibilizar a acumulação global, em que a introdução das relações novas no arcaico libera força de trabalho que suporta a acumulação industrial-urbana e em que a reprodução de relações arcaicas no novo preserva o potencial de acumulação liberado exclusivamente para os fins de expansão do próprio novo".

superficialmente, visto que continua a degradação material e moral do trabalho, o despotismo nas relações humanas, o favorecimento das classes possuidoras, a modernização controlada de fora, o crescimento econômico dependente, entre outros. Nos modelos europeu e norte-americano de revolução burguesa, as classes expropriadas e espoliadas conquistaram direitos nos fluxos de renda e de participação.

De forma diferente do que ocorreu nesses modelos, na América Latina "as classes sociais não podem preencher suas funções sociais desintegradoras tanto quanto suas funções sociais construtivas sob essa modalidade predatória de capitalismo selvagem" (Fernandes, 2009, p. 49). Nas sociedades latino-americanas, as classes sociais privilegiadas operam unilateralmente, preservam e intensificam os privilégios de poucos, excluindo os demais. Portanto, o capitalismo selvagem é a versão possível que coube ao capitalismo nos países periféricos associando

luxo, poder e riqueza, de um lado, à extrema miséria, opróbrio e opressão, do outro. Enfim, um capitalismo em que as relações de classe retornam ao passado remoto, como se os mundos das classes socialmente antagônicas fossem os mundos de 'nações' distintas, reciprocamente fechados e hostis, numa implacável guerra civil latente. (Fernandes, 2005, p. 353-54).

Neste sentido, uma característica marcante na América Latina, assinalada pelo autor neste segundo ensaio, é que a concentração de prestígio social e de poder herdados do antigo sistema colonial, ou determinados na transição neocolonial e pelo capitalismo moderno foram sempre condicionados, perpetuados ou renovados pela concentração extremamente elevada da riqueza.¹⁰ A oligarquia que monopolizava o poder, por imposição de sua condição econômica, se tornou burguesa sem influência ativa de outros grupos,

¹⁰ Nos países latino-americanos, conforme Fernandes (2009), certos privilégios do antigo regime não seriam destruídos pela formação e expansão da ordem social competitiva, pois encontrariam meios para se perpetuar. A oligarquia que monopolizava o poder se aburguesou. A dominação externa é encarada, pelas classes privilegiadas e suas elites como economicamente vantajosa e cultural ou politicamente necessária. A ordem social competitiva só foi eficaz para o privilegiamento das classes altas e médias e para a contínua renovação de um padrão dependente de desenvolvimento capitalista e de níveis mais complexos de subdesenvolvimento.

despossuídos ou destituídos sobre a organização da economia, da sociedade e da cultura, não compartilhando, desse modo, nenhum dos seus privilégios.¹¹

Para Fernandes (2009), nos países latino-americanos, na era industrial, assim como na fase de produção e exportação de produtos primários, não se estabeleceu uma relação dinâmica entre capitalismo e descolonização. Ao contrário, houve adaptação a estruturas socioeconômicas de origem colonial, pré-capitalistas e dependentes. Para ele, esse fato fica visível diante a facilidade que existe para descobrir semelhanças expressivas entre o antigo sistema colonial, a transição neocolonial e o capitalismo dependente propriamente dito. Este último diz respeito a um modelo que reproduz as formas de apropriação e de expropriação inerentes ao capitalismo moderno, mas que, além disso, apresenta um componente específico, dado que a acumulação de capital institucionaliza-se para promover de maneira simultânea a expansão dos núcleos hegemônicos externos e internos. Desse modo, os setores assalariados desprovidos da população são sujeitados a mecanismos contínuos de sobreapropriação e sobreexpropriação capitalistas.

Portanto, o advento do *capitalismo maduro*, na América Latina, envolve ao mesmo tempo uma ruptura e uma conciliação com o 'antigo regime'. A descolonização nunca pode ser completa, porque o complexo colonial sempre é necessário à modernização e sempre alimenta formas de acumulação de capital que seriam impraticáveis de outra maneira. (Fernandes, 2009, p. 58)

Nesse sentido, na sua análise Fernandes (2009) distingue três momentos decisivos na evolução da modalidade latino-americana de capitalismo: o momento em que se configura na transição neocolonial; o momento em que transborda o mundo neocolonial, mas não o destrói, passando do primitivo capitalismo mercantilista, herdado da colônia, para um capitalismo cheio de vitalidade; o terceiro momento, da época em que ele escreve, vivido por poucos países, em que a revolução industrial se reforça e se estimula. Entretanto, o que é contínuo nesses três momentos nas sociedades latino-americanas é que a mudança estrutural está condicionada e regulada pelo impacto externo. A dependência não constitui um acidente, mas uma articulação que garante vantagens para o polo econômico hegemônico e compensações úteis para o outro polo. Para o autor essa articulação

¹¹ "O que muitos autores chamam, com extrema impropriedade, de crise do poder oligárquico não é propriamente um 'colapso', mas o início de uma transição que inaugurava, ainda sob a hegemonia da oligarquia, uma recomposição das estruturas do poder, pela qual se configurariam, historicamente, o poder burguês e a dominação burguesa." (Fernandes, 2005, p. 239).

representa "a ética e a racionalidade do capitalismo dependente", que está sempre se modificando e acompanhando as evoluções das sociedades centrais hegemônicas. "Os polos dinâmicos internos revelam sua importância para a existência, a continuidade e mesmo o aperfeiçoamento do capitalismo dependente" (Ibid., p. 64).

Ainda para analisar a formação e a transformação das burguesias latino-americanas, Fernandes faz referência à "plutocracia" na qual os parceiros externos estão sempre representados. Essa plutocracia surge da desintegração da oligarquia tradicional, está sempre pronta para incentivar decisões que priorizam o crescimento econômico induzido, acelerar a modernização dependente e abortar mesmo a revolução dentro da ordem. A plutocracia, nos termos do autor, traduz "o que é compartilhado em comum e se erige em base do super privilegiamento de classe, que é o poder fundado na riqueza, na disposição de bens e na capacidade de especular com o dinheiro (ou com o crédito)" (Ibid., p. 106).

Além disso, as burguesias latino-americanas, assim como as burguesias da Europa e dos Estados Unidos, utilizam o Estado para alcançar seus fins, mas neste caso adquirem um teor antinacional, visto que trabalham contra a integração nacional e a própria revolução nacional porque sob o capitalismo dependente a burguesia não pode impor sua hegemonia de classe de outra maneira.

Como foi anteriormente assinalado, na situação específica da América Latina, a modernidade não se colocaria na ruptura contra o antigo sistema colonial e a superação posterior do neocolonialismo, pois ambos desembocam na emergência e na posterior consolidação do capitalismo dependente. A modernidade só iria aparecer no contexto histórico produzido pela Segunda Guerra Mundial e seus desdobramentos, momento em que surgem duas respostas imediatas. A primeira associada à revolução socialista em Cuba que mostra a construção de uma sociedade sem classes. A segunda resposta atinge seu apogeu quando a expansão gradual da grande corporação na América Latina se transfere das burguesias nacionais para a iniciativa privada internacional que para manter-se requer, por vezes, a militarização do Estado, com a transformação do presidencialismo autoritário e das ditaduras tradicionais em formas dissimuladas de fascismo ou parafascismo.

Na América Latina, assim como na Europa e nos Estados Unidos, a sociedade de classes é uma sociedade "pluriestruturada", mas sua peculiaridade é determinada pelas possibilidades de objetivação que encontra sob o capitalismo dependente. Nesse sentido, o

autor observa que, por um lado, por causa da dependência, as classes privilegiadas podem ver frustrados seus interesses de classe e até sua capacidade de atuar como classes. Por outro lado, as classes baixas se defrontam com limitações estruturais à universalização da condição operária, através da proletarização e não podem ampliar ou reforçar posições, status e papéis sociais em relação à ordem social competitiva. Portanto, na América Latina a expansão do capitalismo é em condições de "heteronomia permanente" em função dos requisitos de padrões dependentes.

Fernandes identifica o padrão que articula as relações entre agentes socioeconômicos que vivem em diversas idades econômicas como aspecto que bloqueia ou dificulta a consciência social de interesses e formas de solidariedade de classes. A inquietação pode orientar as classes baixas contra o subdesenvolvimento pelas vias da demagogia, do populismo, o partido oficial ou movimentos de classes. Logo, o autor ressalta que só a "revolução contra a ordem", negadora ao mesmo tempo do subdesenvolvimento, da dependência e do capitalismo oferece uma alternativa real ao padrão dependente do desenvolvimento capitalista. Porém, identifica um profundo vazio político e histórico na dinâmica da sociedade de classes latino-americana, desse modo, nenhum grupo ou setor de classes chega a articular alternativas de "revolução contra a ordem". De fato, o capitalismo na América Latina tende a crescer e a se desenvolver nacionalmente, mas condicionado através de modelos e processos econômicos, sociais e culturais dos países capitalistas hegemônicos.

Nesse sentido, apresenta três vias que poderiam se abrir para a solução de tais problemas. A primeira via consiste em fortalecer a incorporação da América Latina ao espaço econômico, sociocultural e político das nações capitalistas hegemônicas, mas os custos a tornam impraticável. A segunda via consiste na disseminação e universalização dos privilégios estratégicos no seio das classes médias e torná-los mais frequentes nos setores explosivos das classes baixas. Tal alternativa abriria caminho para uma verdadeira "revolução dentro da ordem", porém também é impraticável, visto que pressupõe ritmos de mudanças que são improváveis e não se adaptam às realidades de dominação capitalista na era do imperialismo. A terceira via, já apontada anteriormente, é a "revolução contra a ordem", por meio da explosão popular e do socialismo. Na prática essa via pode ser adulterada pela influência persistente do populismo e modalidades pseudorrevolucionárias. Entretanto, "é a

única via efetivamente capaz de superar a dependência e o subdesenvolvimento, convertendo-os em 'desafio histórico' e em fonte de solidariedade humana na luta pela modernização autônoma por uma ordem social igualitária". (Fernandes, 2009, p. 101).

O autor, no próximo ensaio, de forma clara, sintetiza "revolução dentro da ordem" e "revolução contra a ordem" da seguinte forma:

'revolução dentro da ordem' significaria conquista de autonomia dentro do 'desenvolvimento capitalista', superação do crescimento por incorporação ao espaço econômico, sociocultural e político das nações capitalistas hegemônicas e da superpotência capitalista. Enquanto que 'revolução contra a ordem existente' envolve algo mais complexo: uma real ruptura com o passado e com o presente, bem como a criação de um novo patamar evolutivo (Ibid., p. 126).

A primeira forma de revolução é identificada com o processo em que se complementaria a formação dos Estados-Nações e se iniciaria o desenvolvimento capitalista autossustentado. A segunda representaria a criação de um verdadeiro salto histórico, com a opção socialista e a crise do padrão de civilização específico do modo de produção capitalista.

A reorganização e a modernização das estruturas de poder que garantem tanto o controle da situação, quanto a mudança com segurança dentro da ordem significa não alterar a extrema concentração de renda, do prestígio social e do poder, nem o padrão dependente do desenvolvimento capitalista. Neste sentido, o novo Estado democrático-autoritário, no entendimento do autor,

é mais do que um 'Estado burguês'. É um Estado tecnocrático, submetido ao controle conservador das classes privilegiadas, graças à modernização das estruturas e funções do aparelho estatal. [...] No entanto, foi só depois que as classes privilegiadas latino-americanas descobriram, sob incentivo e suporte norte-americanos, que as forças armadas podem ser um estabilizador do 'jogo democrático', que a 'intervenção estatal' acabou sendo aceita sem restrições, como o verdadeiro eixo da revolução burguesa 'dentro' e 'através' da ordem. (2009, p. 109).

O autor conclui a reflexão sobre classe, poder e revolução social assinalando que as classes privilegiadas alcançam o "clímax do poder" na medida em que negam às demais classes qualquer possibilidade de existência dentro da ordem, se afirmando através da imposição contínua de iniquidades infames intoleráveis. Assim, de forma contraditória, as classes privilegiadas, na aflição de viabilizar o equilíbrio da ordem o destroem "concorrendo para liberar as forças sociais revolucionárias propriamente ditas. [...] a verdadeira aceleração

da história aparece com essas forças, através das quais as massas oprimidas e silenciosas impõem a sua versão do que é socialmente justo e necessário" (p.112). Essa situação deixa as classes baixas sem alternativa "senão o caminho mais difícil, mas mais eficaz, da libertação pela contraviolência" (Ibid., p. 111).

SOCIOLOGIA: CONHECIMENTO DA REALIDADE, INSPIRAÇÃO PRÁTICA E REVOLUÇÃO

O terceiro ensaio, redigido em abril de 1970, intitulado *Sociologia, Modernização Autônoma e Revolução Social*, parte da afirmação que a sociologia não vale a pena sob qualquer forma de neutralidade. A análise de Fernandes (2009) mostra que o verdadeiro estudo sociológico não é nem pode ser neutro, além disso, afirma que o sociólogo tem a obrigação de explicitar seus referenciais teóricos. Os problemas de mudança social nunca podem colocar-se como questões neutras, conseqüentemente, a escolha entre capitalismo e socialismo é inevitável e está presente, inclusive, naqueles que pretendem se esconder por trás da neutralidade e acabam, com isso, fazendo a escolha por omissão.

Segundo Fernandes, as ilusões iluministas, humanitárias e moralistas dos cientistas dos séculos XVIII e XIX, resíduos de uma herança filosófica idealista e pré-científica, atualmente não podem ser alimentadas. O autor apresenta os motivos que, segundo sua interpretação, permitem afirmar que a utopia da revolução através da ciência perdeu consistência. O primeiro está relacionado ao fato de que a ciência e suas irradiações práticas sofreram a absorção e o controle por forças sociais extra e anticientíficas. O segundo é que, se bem só o socialismo igualitário e democrático pode gerar o ambiente externo e os valores demandados pela ciência, o socialismo continua a ser uma esperança, mas ainda não surgiu em nenhuma parte do mundo. Apesar disso, ele afirma que considerando esses motivos para a compreensão da realidade presente da América Latina não é pessimista "nem em relação às perspectivas de evolução do socialismo e, através dele, da ciência e da tecnologia, nem com referência ao futuro da América Latina" (Ibid., p. 123).

A natureza da ciência, a crise do padrão de civilização e as potencialidades do socialismo devem ser consideradas quando se argumenta sobre as relações da Sociologia com o desenvolvimento de América Latina. Por conseguinte, "é preciso projetar-se a Sociologia em um quadro histórico muito amplo, que compreende a realidade presente, mas,

ao mesmo tempo, sob a intenção de transformá-la e de superá-la" (Ibid. 123). Entretanto, Fernandes observa que até agora as universidades, os centros de pesquisa e as orientações ideológicas influenciaram a Sociologia, anulando toda possibilidade de transcender e negar a ordem existente.¹²

Em linha de argumento análoga, Ianni (2011) analisa a transformação da pesquisa em técnica política e de poder, não sendo, desse modo, apenas um momento de produção intelectual.¹³ Segundo ele, tal transformação é resultado da burocratização, industrialização e especialização crescentes da produção científica que provêm da reprodução capitalista que administra um processo de racionalização generalizada. Desse modo, o cientista se apresenta como um intelectual "que produz conhecimento (em forma científica, técnica, prática ou ideológica) com o propósito de 'aperfeiçoar' as relações e estruturas de dominação política e apropriação econômica vigentes em dado país, época, conjuntura, regime político etc." (Ianni, 2011, p. 199).¹⁴

Conforme Fernandes (2009), o conhecimento adequado ao mundo em transformação histórica e o pensamento crítico constituem exigências que podem conduzir à revolução dentro da ordem ou à revolução contra a ordem. No caso de América Latina, apesar da diversidade de civilizações, o autor ressalta que é a moderna civilização ocidental que prevaleceu, tanto para a implantação e a defesa da ordem social vigente, quanto para sua destruição e superação. "Em função dessa civilização, capitalismo e socialismo são os polos que configuram a 'ordem existente' e sua negação e superação" (Ibid., p. 125).

¹² Nesta perspectiva, no contexto das transformações experimentadas pela própria economia capitalista, Lukács (2012, p. 46-7) chama a atenção que a ciência moderna não é mais um objeto do desenvolvimento social, mas aperfeiçoa, participa e difunde a manipulação de forma generalizada e ampla. O próprio desenvolvimento das relações sociais capitalistas provocou a necessidade de valorizar e utilizar ilimitadamente de forma pragmática as aquisições da ciência na economia e na vida social como um todo.

¹³ Ver: Ianni (2011, especialmente Capítulo X, p. 193-208) que apresenta interessantes reflexões sobre a burocratização, industrialização e especialização crescentes da produção científica nas ciências sociais contemporâneas.

¹⁴ Cabe lembrar que Lukács (2012) observa que no caso do capitalismo a ciência, do mesmo modo que a religião e a filosofia, possui um caráter social que não é independente de cada missão social, mas é condicionado nos diferentes momentos pelas aspirações da classe dominante. Nessa direção, Ianni (2011) ressalta que as elites governamentais e classes dominantes, suas agências, corporações, instituições ou organizações podem manipular os conhecimentos produzidos pelas ciências naturais, pelas ciências sociais e pelas criações artísticas e transformá-los em técnicas sociais para influenciar, orientar, controlar, reprimir ou estimular audiências, espectadores ou leitores. Essa transformação de conhecimentos em técnica modela o comportamento social e as relações sociais, permitindo expandir, fortalecer e generalizar o poder político-econômico e sociocultural daqueles que controlam o poder em nível nacional e mundial.

Na concepção do autor, qualquer dogmatismo que desfigure ou limite o conhecimento dos aspectos estruturais do capitalismo dependente que na América Latina foram criados através do colonialismo, neocolonialismo, dos ritmos históricos produzidos pela civilização transplantada ou pelos sofrimentos humanos do subdesenvolvimento terá consequências negativas para a perspectiva intelectual e para a Sociologia.

Fernandes é enfático ao afirmar que a produção científica libertadora não deve ser importada, não pode, por esse motivo, ser criada nas instituições de ensino e pesquisa das nações capitalistas hegemônicas. Tal produção científica deve ser produzida por nossos próprios meios e para sua utilização prática, para seu aproveitamento em fins políticos, deve se tornar acessível à compreensão dos não especialistas. "Se o conhecimento é preciso e útil, é imperioso que se converta em fonte de transformação da sociedade subdesenvolvida e dependente" (Ibid., p. 129). Porém, o autor sublinha que as universidades, centros de pesquisas e os serviços de tecnologia dos países latino-americanos estão moldados pelos valores e modelos que imperam em instituições análogas nos países hegemônicos desconsiderando, por esse motivo, essa necessidade.¹⁵

Para Fernandes, uma questão importante é a relação existente entre o grau de desenvolvimento científico-tecnológico de um país e as possibilidades de criar um padrão de modernização relativamente autônomo. "A transição da modernização dependente para a modernização autônoma requer, pelo menos, um momento de decisão política nacional" (2009, p. 136). Entretanto, é oportuno esclarecer que, para o autor, a sociologia

não pode ser concebida como o fulcro central da transformação, pois este se encontra nos próprios processos histórico-sociais pelos quais os grupos e classes em presença tentam modificar a ordem existente [...] se a sociologia é importante para tais fins, a sua importância é instrumental, e só adquire eficácia prática quando os conhecimentos sociológicos são absorvidos e dinamizados por comportamentos coletivos que desencadeiam, reforçam e consolidam mudanças sociais de natureza revolucionária (como 'revolução dentro da ordem' ou como 'revolução contra a ordem'). (Ibid., p. 137).

¹⁵Neste sentido, Ianni (2011, p. 203), em sua análise, identifica uma série de consequências que são produto da burocratização e industrialização do trabalho intelectual e que, certamente, impossibilitam que o conhecimento se torne uma fonte de transformação, a saber: criação de complexas estruturas públicas e privadas que muitas vezes aprisionam o cientista e não permitem o desenvolvimento de pesquisas originais; transformação do cientista social em especialista, em elemento subalterno de tais estruturas sem poder de decisão; as exigências da indústria da pesquisa que induzem o cientista a trabalhar com temas determinados e com problemas secundários ou irrelevantes; a precisão metodológica que substitui a precisão teórica, provocando inversão entre ciência e técnica.

A apropriação privada dos meios de produção e a imposição da dominação externa tornam o capitalismo dependente duplamente vulnerável. Como já assinalado, segundo Fernandes, na América Latina, a inviabilidade sob o capitalismo relaciona-se à existência de uma burguesia que associa interesses burgueses internos e externos. Tal associação origina, preserva e legitima um padrão de mudança social que continuamente reorganiza a dependência e reproduz a miséria, as desigualdades, as iniquidades sociais torna a revolução nacional uma impossibilidade histórica.

Como anteriormente assinalado, a revolução burguesa nos países latino-americanos não anulou as causas de especulações pré-capitalistas e antiburguesas, nem concebeu a transição para formas progressivamente autônomas de capitalismo, assim como tampouco possibilitou uma melhor distribuição de riqueza e um mercado de trabalho expansivo.

Para Fernandes, o ponto pacífico é que os sociólogos não criam a revolução social, “o sociólogo não é um demiurgo da realidade histórico-social” (Ibid., p 148). Mas reconhece que existe “uma ética inerente à responsabilidade científica e ela impõe um mínimo político, que compele o sociólogo à confrontação” (ibid. 147). Como as outras ciências, a Sociologia só se converte em uma força ativa da revolução social quando certos grupos e classes sociais usam conhecimentos de pensamento sociológico em atividades de caráter revolucionário.

O autor identifica a necessidade de uma revolução política que modifique as relações da ciência e da tecnologia com a economia, a cultura e a sociedade para depois poder começar a revolução pela ciência e pela tecnologia. “Enquanto a economia, a sociedade e a cultura não se transformam, a ciência e a tecnologia científica continuarão a alimentar a intensificação da dependência, do subdesenvolvimento e da miséria.” (Ibid., p 146).

Por esse motivo, a necessidade de procurar como difundir os conhecimentos sociológicos obtidos e como torná-los operativos do ponto de vista político. Em outros termos, na sua compreensão, a Sociologia só terá um papel efetivo na emancipação se tiver uma ação política articulada com movimentos sociais e partidos políticos, sem esse vínculo entre teoria e prática ela continuará reproduzindo o *status quo*.

A conclusão mais significativa presente nesta reflexão desenvolvida por Fernandes é que “a Sociologia não é apenas uma ciência histórica. Como ciência mesma, ela é parte da história” (Ibid., p. 150). A militância política do sociólogo, como e enquanto cientista, não

exclui a sua militância política como ativista de um movimento político social ou de um partido. Contudo, se o sociólogo se submete à segunda forma de militância, esquecendo-se de que tem tarefas intelectuais fundamentais, ele aniquila sua condição de sociólogo e suprime a sociologia como potência intelectual da situação histórica.

Assim como não existe “uma” América Latina não existe uma revolução social (dentro ou contra a ordem existente) generalizável para todos os seus países. De qualquer forma, Fernandes só identifica uma forma de delinear a Sociologia como ciência nos processos revolucionários desses países, aspecto que exige que os processos revolucionários sejam alimentados com conhecimentos sociológicos críticos e objetivos, na perspectiva de fortalecer a eficiência política dos grupos e classes sociais voltados para a transformação revolucionária das sociedades latino-americanas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entende-se que aspectos expostos neste artigo permitem problematizar, com renovada atualidade, dilemas de nossos países latino-americanos. A formulação de capitalismo dependente de Florestan Fernandes representa uma contribuição à teoria do desenvolvimento capitalista e possibilita entender que a nova forma de imperialismo, a hegemonia norte-americana e os possíveis caminhos para o seu enfrentamento devem partir da compreensão do significado do sistema da colonização latino-americana. Como mostra o autor, na América Latina a expansão do capitalismo se deu em condições de heteronomia permanente em função das exigências dos padrões dependentes que não estabeleceram uma relação dinâmica entre capitalismo e descolonização, mantendo, assim, estruturas características do antigo sistema colonial e do neocolonialismo.

O aprofundamento da dependência é promovido pelo padrão de acumulação de capital peculiar dos países latino-americanos e pela implantação de um modelo de apropriação repartida do excedente econômico, do qual nossas burguesias com interesses particularistas, aliadas às burguesias estrangeiras, são artífices. Fica patente que o capitalismo selvagem, que caracteriza o imperialismo total, assola as classes baixas e as amplas maiorias espoliadas dos países latino-americanos, possuindo como traço específico o aprofundamento da dominação externa a partir de dentro, mas no contexto de um mercado

capitalista moderno. Para a burguesia dependente o imperialismo representa uma força necessária e uma vantagem estratégica para garantir a manutenção de seus benefícios e interesses internos.

Neste cenário, a hegemonia burguesa conglomerada se consolida a partir da exclusão dos interesses de amplas parcelas da população. Tal hegemonia utiliza a estrutura do Estado, a força e a instauração de instrumentos antidemocráticos, populistas e demagógicos que perpetuam e acentuam a concentração de mecanismos de poder e as disparidades econômicas, sociais, políticas e culturais.

Florestan Fernandes ressalta, apesar de fazer referência à "revolução dentro da ordem" como um caminho no processo de transformação, que só a "revolução contra a ordem" constitui uma ruptura real com o passado e o presente, possibilitando a criação de um verdadeiro salto histórico, na direção da liberdade dos países latino-americanos e da construção de uma autêntica alternativa ao padrão dependente do desenvolvimento capitalista. Nesta perspectiva, diante o reconhecimento do papel da produção científica para contribuir com a eficácia política de grupos e classes sociais para a intervenção prática em processos revolucionários, ganha vida e adquire profunda relevância a sociologia crítica por ele fundada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. "Um pensamento insubmisso". In: Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina. 4. ed. São Paulo: Global, 2009.

CASTELO, Rodrigo. Subdesenvolvimento, Capitalismo dependente e revolução: Florestan Fernandes e a crítica da economia política desenvolvimentista. s/d. Disponível em: <<https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2012/11/R-C-Branco-FF.pdf>>. Acesso em 10 out. 2021.

FERNANDES, Florestan. A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. 5ª ed. São Paulo: Globo, 2005.

_____. Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina. 4. ed. São Paulo: Global, 2009.

FERNANDES, Heloísa. "Florestan Fernandes, um sociólogo socialista". In: Revista Florestan. Ano 1 (2014), n.1.

IANNI, Octavio. "A sociologia de Florestan Fernandes". Revista USP. Dossiê Florestan Fernandes, n. 29, mar.-mai., p. 26-33, São Paulo, 1996.

_____. A sociologia e o mundo moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

LIMA, Carlos Jacob. "Florestan Fernandes e a profissionalização da sociologia - Algumas Considerações". In: Revista Florestan. Ano 1 (2014), n.1.

LIMONEIRO-CARDOSO, Miriam. "Capitalismo dependente, autocracia burguesa e revolução social em Florestan Fernandes". Coleção Documentos. Instituto de Estudos Avançados - USP, São Paulo, s/d. Disponível em: <
<http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/limoeirocardosoflorestan1.pdf>. Acesso em 30 abr. 2022.

_____. "Para uma história da Sociologia no Brasil: a obra sociológica de Florestan Fernandes". Algumas questões preliminares. Instituto de Estudos Avançados - USP, São Paulo, Disponível em: <http://www.iea.usp>. 1994.

LUKÁCS, G. Para uma ontologia do ser social I. São Paulo: Boitempo, 2012.

MÉSZÁROS, István. El Siglo XXI. Socialismo o barbárie? 2ª ed., Buenos Aires: Ediciones Herramienta, 2007.

OLIVEIRA, Francisco. de. A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista. 6ª edição, Petrópolis: Editora Vozes, 1988.